

A Afrobarometro divulga

Confiança nas Instituições

As mudanças políticas e sociais mundiais ocorridas nos últimos trinta anos trouxeram novamente para a agenda de pesquisas das ciências sociais o interesse pela cultura política e seu papel na mudança social. Temas como o declínio da confiança nas instituições políticas dos países de democracia consolidada, o processo de redemocratização nos países que saíram do socialismo, dentre outros, vêm conquistando cada vez mais espaço no meio acadêmico quanto fora dele (Lopes, 2004: 163).

Diversos autores, a exemplo de Russell Hardin (1992), Antony Giddens (1992), Francis Fukuyama (1996), Robert Putnam (1996) e Ronald Inglehart (1988), Álvaro Moisés (2005 e 2010), têm debruçado sobre a questão do papel da confiança nas sociedades, seja a nível interpessoal, seja institucional.

De acordo com Giddens (1992), o fenômeno da Confiança, em qualquer sociedade, é tanto mais importante e necessário, quanto mais esta se moderniza. Neste sentido, constata-se que uma parte da literatura na ciência política tem classificado a confiança como um bem essencial para o sucesso da governança democrática, abordando o tema “capital de governança”, como facilitador de decisões. Segundo, Moisés (2010: 54), a confiança traduz a expectativa quanto à probabilidade de o sistema político produzir os resultados esperados pelos cidadãos. É a capacidade da democracia de realizar interesses e preferências das pessoas. (...) Dessa maneira, o julgamento do cidadão para confiar ou não nas instituições só dependeria do desempenho delas mesmas.

Em Cabo Verde, a produção de inquéritos que tratam do tema da confiança nas instituições, entre outros é recente, iniciando em 2002,

com o primeiro estudo da série da Afrobarometro/Afrosondagem sobre a qualidade da democracia e da governação. Em 2011, realizou-se o quarto round, o que nos permite falar da existência de uma série de dados que nos ajuda a analisar com mais propriedade as tendências registadas na última década, no caso concreto, em termos de confiança institucional ou da falta dela.

Estudos realizados em outros países no mesmo período em análise, por exemplo, no Brasil, entre 1989 e 1993, indicam que as instituições democráticas são objeto de ampla e continuada desconfiança dos cidadãos brasileiros. Pesquisas recentes mostram que, apesar do apoio ao regime democrático *per se*, cerca de 2/3 dos brasileiros não confiam – em diferentes graus – em parlamentos, partidos, executivos, tribunais de justiça e serviços públicos de saúde, educação e segurança. (Moisés, 2005: 34).

Desconfiança expressa atitude de descrédito ou desmerecimento de alguém ou de algo, embora, na democracia, alguma dose de desconfiança em instituições possa ser sinal sadio de distanciamento dos cidadãos de uma esfera da vida social sobre a qual têm pouco controle (WARREN, 2001; PETTIT, 1998; USLANER, 2001).

Nos países da democracia consolidada a exemplo da Holanda, Dinamarca, Noruega, a confiança nas instituições democráticas apresenta índices elevados. No entanto, alguns países que fazem parte deste grupo, à semelhança dos Estados Unidos, França, Inglaterra e Suécia, os dados revelam que os índices de confiança nas instituições têm diminuído nas últimas três décadas, invertendo tendências dominantes nos anos 1960, quando, como em alguns casos, mais de 3/4 dos cidadãos expressavam confiança em governos e instituições em contraposição a cerca de 25% na actualidade (Moisés, 2005: 34).

Por outro lado, nos dezassete países da América Latina pesquisados pelo Latinobarómetro, a partir de meados dos anos 1990, apenas 1/5 do

público expressou "muita" ou "alguma" confiança em partidos políticos, e menos de 1/3 declarou confiar nos governos, parlamentos nacionais, nos funcionários públicos, na polícia e no judiciário (Moisés apud Lagos, 1997).

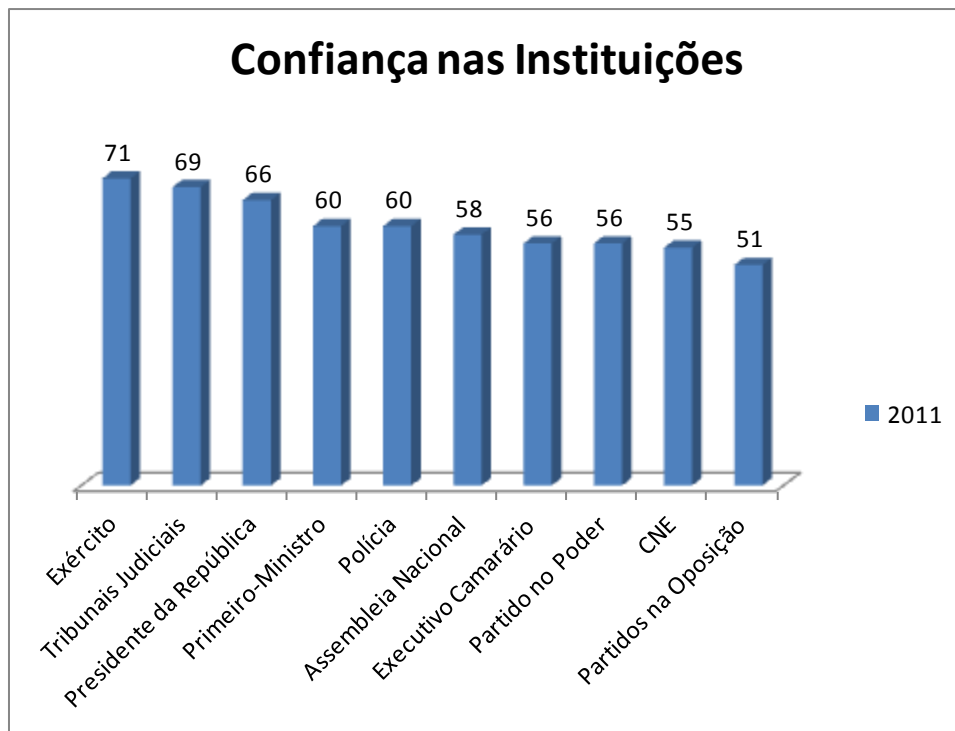
Em Cabo Verde, país que faz parte da denominada "terceira vaga da democracia", apresenta índices de confiança nas instituições públicas bastante consideráveis que o aproxima dos registados nos países da democracia consolidada. Na verdade, esses índices vêm crescendo desde 2002 para todas as instituições. A confiança que os cidadãos têm nas instituições varia bastante como indica o gráfico 1. Os cabo-verdianos demonstram uma elevada confiança nas instituições não eleitas, nomeadamente, o exército e os tribunais judiciais, com 71% e 69%, respectivamente a declarar que confiam ou confiam muito nas referidas instituições, seguidas pelo Presidente da República, (66%), Primeiro-Ministro (60%) e a Assembleia Nacional (58%). Os partidos políticos, seja no poder, seja na oposição, também merecem a confiança de mais de metade dos cabo-verdianos, 56% e 51%, respectivamente.

Importa realçar também que o índice de desconfiança em relação às instituições eleitas vem diminuindo significativamente desde 2002, e actualmente aproximadamente 4 em cada 10 cabo-verdianos assumem confiar pouco ou nada no Primeiro-Ministro e nos Deputados da Assembleia Nacional e, para o Presidente da República apenas 3 em cada 10 manifestaram a sua desconfiança.

Relativamente aos partidos políticos, base do sistema democrático, afiguram-se entre as instituições nas quais a população cabo-verdiana deposita menos confiança, com 41% a afirmar que confia pouco ou nada no partido no poder e, 44% a declarar que não confiam nos partidos da oposição, o que indicia a necessidade de reavaliar a atuação dos partidos políticos, não obstante a melhoria das suas

performances, comparativamente a 2002, em que 2/3 dos cabo-verdianos declaravam não confiar nestas instituições.

Curiosamente, o nível de confiança inter-pessoal, revela-se baixa entre os cabo-verdianos, com 92% a responder que é preciso ser muito cuidadoso quando se lida com as pessoas, ao contrário de uma minoria (7%) que afirma que pode-se confiar na maioria das pessoas. Os resultados do estudo indicam claramente que os cabo-verdianos depositam maior confiança nas instituições do que nas relações inter-pessoais.



Afrosondagem/Afrobarometro: 25/08/2012